TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, COM A INTERVENIÊNCIA DE SUA SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, E DE OUTRO LADO, A........................................................., VI­SANDO À CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS E RECURSOS PARA VIABILIZAR A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO APROVADO NO ÂMBITO DO EDITAL SICT nº 01/2020 E VINCULADO ÀS AÇÕES DO **PROGRAMA INOVA RS DE APOIO AO ENFRENTAMENTO AO COVID - 19**

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio de sua **SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SICT**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.526.453/0001-42, com sede na Av. Borges de Medeiros nº 1501, 18º andar – Ala Norte, Porto Alegre/RS, representada pelo Titular, Dr. Luis Da Cunha Lamb, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 517.504.140/15, portador da Carteira de Identidade nº 20319705 expedida pela SSP/RS, conforme ato de delegação de competência expressamente publicado do Diário Oficial do Estado, adiante denominada **ESTADO**, e de outro lado, a .........(nome entidade)....................................., instituída .................................................., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ...................................., com sede em ................................., na Avenida .......................................nº................., CEP nº ..................................., representada por seu ..............(cargo)................, ...........(nome)..........................., inscrito no CPF/MF sob nº ................................, portador da Carteira de Identidade nº ..........................., expedida pela ..............................., adiante designada ............................... conforme processo administrativo SICT n° 20/2500-0000092-0 e com observância o disposto na Lei Federal nº 8666/1993, na Lei Complementar 101/2000, na Lei Federal nº 13.019/2014, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Estado do Rio Grande do Sul, nos Decretos Estaduais nº 3.175/2016 e nº 54.767/2019; no Decreto nº .......(Covid-19)...............................e nas Instruções Normativas CAGE 05/2016 e 06/2016, no que couber, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

Este TERMO DE COLABORAÇÃO, inscrito no Sistema de Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul - FPE sob nº .........../2020,visa à conjugação de esforços e re­cur­sos que possam contribuir **para o enfrentamento à pandemia decorrente do COVID -19, através da busca de soluções baseadas em inovação, ciência e tecnologia,** conformeprojeto “*...................................................................................................”,* aprovado no âmbito do Edital SICT nº 01/2020 e vinculado às ações do “PROGRAMA INOVA RS DE APOIO AO ENFRENTAMENTO DO COVID-19”, conforme Plano de Trabalho aprovado pelos partícipes e constante no processo administrativo nº 20/2500-0000092-0, que constitui o ANEXO I deste instrumento.

(EDITAL INOVA - COVID 19 – ANEXO IV - TERMO DE COLABORACAO)

#### CLÁUSULA SEGUNDA: OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

**2.1) - COMPETE AO ESTADO:**

2.1.1) – transferir os recursos financeiros, para conta bancária vinculada, de acordo com o estabelecido na Cláusula Quarta;

2.1.2) – acompanhar a execução das atividades e pro­gramas, avaliando os resultados e recomendando medidas sa­nea­do­ras eventualmente necessárias, objetivando que o projeto seja executado com a devida diligência e eficácia;

2.1.3) – prorrogar os prazos de início e/ou de conclusão do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO, na mesma proporção do atraso dos repasses das transferências financeiras, desde que a ........................ não haja contribuído para esse atraso;

2.1.4) - receber e examinar as prestações de contas na forma e nos ter­mos e prazos estabelecidos nas instruções e normas vigentes;

2.1.5) - emitir parecer sobre a regularidade das contas e da execução do TERMO DE COLABORAÇÃO, com observância de periodicidade a ser definida pela Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia;

2.1.6) - receber o objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO, quando concluído, nos termos avençados, atestando sua efetiva execução no prazo de 60 dias;

2.1.7) - no caso de inadimplência ou de paralisação parcial ou total injustificadas, assumir o controle, inclusive dos bens e materiais, e a execução do TERMO DE COLABORAÇÃO, podendo transferir a responsabilidade a outro interessado, sem prejuízo das providências legais cabíveis;

2.1.8) – disponibilizar em sua página da internet, manuais específicos de prestação de contas técnica e financeira;

2.1.9) – viabilizar os meios e recursos existentes na Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia e necessários ao acompanhamento e fiscalização da execução do objeto;

2.1.10) – divulgar no sítio eletrônico, informações referentes à valores devolvidos, identificando o número do TERMO DE COLABORAÇÃO e o nome do convenente nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento.

**2.2) - COMPETE À ................................:**

2.2.1) - coordenar a execução do projeto descrito na Cláusula Primeira, vinculando-o às ações do “PROGRAMA INOVA RS DE APOIO AO ENFRENTAMENTO DO COVID-19”, acompa­nhando e desenvol­vendo pes­quisas inerentes ao projeto a se­r implementado, bem como capa­citando os recursos humanos necessários;

2.2.2) colocar à disposição, como contra­par­tida, pessoal técnico-cientí­fico e adminis­trativo ne­cessário a seu funci­ona­mento, bem como terre­nos, pré­dios, instalações e infra-estru­tura, sendo ve­dada a utilização de recursos repassados em de­cor­rência deste TERMO DE COLABORAÇÃO para realização de despesas a título de taxa de ad­ministração, gerência ou similar, ou para pagamento de gratifi­cações, prestação de serviços de assis­tência técnica, consulto­ria ou qualquer espécie de remuneração aos inte­grantes de seu quadro funcional ou do quadro funcional das entidades parceiras ou a quem esteja em exercício nas mesmas, bem como a servidores ou empregados públicos da Administração Direta ou Indireta, de qualquer esfera governamental;

2.2.3) observar a metodologia, diretrizes, metas, fases de execu­ção e demais itens estabelecidos no Plano de Trabalho já aprovado pelos partícipes e em arquivo na SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no processo n° 20/2500-000092-0 e que constitui o **ANEXO I** deste instrumento, sendo que qualquer alteração do referido Plano de Trabalho deve ser prévia e formalmente autorizada pelo ESTADO via celebração de Termo Aditivo ou de Apostilamento;

2.2.4) - comunicar ao Estado, tempestivamente, os fatos que poderão ou estão a afetar a execução normal do TERMO DE COLABORAÇÃO, para permitir a adoção de providências imediatas pela SICT;

2.2.5) - viabilizar as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de fiscalização pelas instâncias nominadas no Parágrafo Primeiro da Cláusula Terceira;

2.2.6) - prestar ao ESTADO, sempre que solicita­do, in­formações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento e con­trole na execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO, bem como fornecer relatórios técnicos de execução, com observância de prazos definidos pela SICT, adotando de imediato as me­didas sa­neadoras eventualmente apontadas;

2.2.7) - permitir que o Estado, através de órgãos de sua Administração Direta e/ou Indireta, utilize resultados e metodo­logias obtidos nos Projetos viabilizados com recursos deste TERMO DE COLABORAÇÃO, conforme disposto na Cláusula Oitava;

2.2.8) - responder pela guarda e manutenção de equi­pamentos e material permanente adquiridos com recursos finan­ceiros oriundos deste TERMO DE COLABORAÇÃO, vinculando referidos equipa­mentos e mate­rial permanente às atividades, programas e projetos desen­volvi­dos no âmbito do “PROGRAMA INOVA RS DE APOIO AO ENFRENTAMENTO DO COVID-19”, sob pena de aplicação do disposto na Cláusula Quinta;

2.2.9) - divulgar a parceria estabelecida com o ESTADO, através do presente instrumento, conforme Cláusula Nona;

2.2.10) - utilizar os recursos financeiros oriun­dos do pre­sente TERMO DE COLABORAÇÃO exclusivamente para a finalidade pre­vista na Cláu­sula Primeira, obedecida a classificação estipulada na Cláusula Quarta, executando o objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO no prazo referido no Plano de Aplicação, prazo este contado a partir do efetivo recebi­mento dos menci­onados recursos;

2.2.11) – encaminhar cópias dos despachos adjudicatórios e homologações das licitações.

Quando for o caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação, a .................................. obriga-se a realizar pesquisas de preços de mercado antes da realização de qualquer despesa, através da coleta de preços entre no mínimo 3 (três) fornecedores do ramo de atividade, comprovadas por orçamentos válidos e obtidos na localidade ou região e apresentar razão da escolha do fornecedor ou executante, bem como justificativa para o preço.

Inexistindo fornecedores na localidade ou região, poderão ser obtidos orçamentos em outras localidades, o que deverá ser devidamente justificado.

2.2.12)- manter registros contábeis individualizados das receitas e despesas do convênio, observando as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade pertinentes a aspectos contábeis a serem atendidos por entidades sem fins lucrativos e por entidades privadas habilitadas a receber subvenções, contribuições, auxílios e doações, arquivando os documentos originais pelo prazo de 10 (dez) anos;

2.2.13) - abrir conta, no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, exclusivamente vinculada à finalidade do TERMO DE COLABORAÇÃO e identificada pelo número e nome do presente instrumento, conforme previsto na Cláusula Quarta, da mesma só sendo permitidos saques para despesas previstas no Plano de Traba­lho ou para aplicação conforme item 2.2.15;

2.2.14) - atestar o recebimento de materiais e/ou a prestação de serviços nos documentos comprobatórios das despesas, documentos estes devidamente identificados com o número e o nome do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante assinatura de 02 (dois) servidores/empregados devidamente identificados com o número da respectiva Carteira de Identidade e CPF/MF;

2.2.15) - aplicar os saldos do TERMO DE COLABORAÇÃO, com pre­vi­são de uso igual ou superior a um mês, em caderneta de poupança do Banco do Estado do Rio Grande do Sul ou modalidade de aplicação financeira lastreada em títulos da dívida pública;

2.2.16) - aplicar as receitas auferidas na forma do item anterior no objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO, com observância do Plano de Trabalho e mediante autorização da SICT, prestando conta das mesmas, sendo que qualquer alteração deverá ser formalizada via celebração de Termo Aditivo ou Apostilamento;

2.2.17) - formalizar imediata ciência ao ESTADO sempre que ocorrer qualquer alteração na equipe indicada para execução do projeto referido na Cláusula Primeira, sendo que eventuais substituições deverão respeitar o mesmo nível de formação e remuneração dos profissionais originalmente designados;

2.2.18) - responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, ou outros de qualquer natureza, resultantes da execução do TERMO DE COLABORAÇÃO, mantendo em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente;

2.2.19) - adotar durante a vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos no âmbito da segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo Projeto referido na Cláusula Primeira;

2.2.20) - observar e exigir dos seus fornecedores e eventuais subcontratados o mais alto padrão de ética e de eficiência durante toda a execução do objeto do presente instrumento, conforme explicitado na Cláusula Décima Segunda;

2.2.21) - adotar durante a vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO medidas e ações destinadas a preservação e proteção ambiental e social conforme explicitado na Cláusula Décima Terceira;

2.2.22) –SE HOUVER PREVISÃO DE CURSOS NAS METAS - ministrar cursos, seminários, workshops e/ou qualquer espécie de treinamentos e eventos similares eventualmente relacionados no plano de trabalho, como contrapartida, só cobrando dos participantes o valor correspondente a custos com materiais e/ou insumos necessários, bem como o valor correspondente a despesas com eventuais palestrantes que não integrem o quadro de profissionais da ......................................

2.2.23) – assegurar o livre acesso aos processos, documentos e informações referentes ao presente TERMO DE COLABORAÇÃO e aos locais de execução do projeto aprovado, por parte dos servidores do ESTADO, bem como dos servidores da Contadoria e Auditoria Geral do Estado e do Tribunal de Contas do Estado;

2.2.24) – inserir nos contratos celebrados com terceiros para viabilizar a execução do presente projeto, cláusula que permita o livre acesso de servidores do ESTADO, bem como dos servidores da Contadoria e Auditoria Geral do Estado e do Tribunal de Contas do Estado, aos documentos e registros contábeis pertinentes aos recursos repassados por força do presente instrumento;

2.2.25) – realizar toda a movimentação de recursos financeiros e pagamentos, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final, fornecedor/prestador de serviço, e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária;

2.2.26) – realizar a efetiva publicação do instrumento convocatório de licitação no prazo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento da parcela única ou da primeira parcela do repasse, no caso da aquisição de bens e equipamentos ou da contratação de serviços;

2.2.27) – iniciar a execução financeira em até 180 (cento e oitenta) dias da liberação da parcela única ou da primeira parcela do repasse, sob pena de caracterizar-se extinção antecipada do convênio, com a devolução atualizada dos valores recebidos;

2.2.28) – notificar o respectivo **COMITÊ ESTRATÉGICO DO PROGRAMA INOVA RS** no prazo de 30 (trinta) dias após o pagamento, acerca do recebimento dos recursos, encaminhando cópia do Plano de Trabalho a ser executado;

2.2.29) - notificar o respectivo **COMITÊ ESTRATÉGICO DO PROGRAMA INOVA** **RS** acerca da necessidade de realização de Termo Aditivo para alteração do Convênio;

2.2.30) – SE HOUVER PASSAGENS/HOSPEDAGEM: a utilização de recursos do TERMO DE COLABORAÇÃO para pagamento de passagens e/ou hospedagem só será permitida para viabilizar atividades de pesquisa de campo ou treinamento e capacitação devidamente aprovadas no Plano de Trabalho arquivado no processo administrativo nº 20/2500-0000092-0, detalhando-se o respectivo conteúdo e a relevância para as ações do “PROGRAMA INOVA RS DE APOIO AO ENFRENTAMENTO DO COVID-19” e comprovando-se a efetiva participação em relatório específico a ser incluído na Prestação de Contas Técnica.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

O ESTADO deverá monitorar, acompanhar e fiscalizar a execução do TERMO DE COLABORAÇÃO, ao longo de sua vigência, analisando as informações, os dados e as prestações de contas parciais encaminhadas pela ................................................. efetuando vistorias e validando a documentação.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O acompanhamento da execução o será efetuado pela COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO e pelo Fiscal do TERMO DE COLABORAÇÃO, designados por Portaria do Titular da SICT, bem como pela equipe técnica da SICT. Também poderão atuar no monitoramento e avaliação as equipes da Contadoria e Auditoria Geral do Estado e do Tribunal de Contas do Estado e o respectivo COMITÊ ESTATÉGICO DO PROGRAMA INOVA RS

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os programas e projetos desenvolvidos no âmbito do “PROGRAMA INOVA RS DE APOIO AO ENFRENTAMENTO DO COVID-19” também manterão diretrizes e ações fis­caliza­das pelo respectivo COMITÊ CONSULTIVO DO PROGRAMA INOVA RS, que deverá pronunciar-se formalmente e por escrito sobre a aprovação respectiva por ocasião da conclusão das atividades a serem executadas em decorrência deste instrumento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Quando em atividade de monitoramento, fiscalização ou auditoria, os servidores da Administração Pública, e os servidores da CAGE e do TCE, terão livre acesso aos processos, documentos e informações relativas ao presente TERMO DE COLABORAÇÃO.

CLÁUSULA QUARTA: RECURSOS

Para consecução do objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, o ESTADO repassará à .................................................... parte dos recursos neces­sá­rios, em valor correspondente a R$ ........................................ (..................................................... reais), valor a ser libe­rado em uma única par­cela, em até trinta (30) dias contados da assinatura do pre­sente instrumento, recursos esses originários do orçamento da Secretaria da Inovação, Ciência e Tecnologia.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO – CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Os recursos financeiros correrão à conta da UNI­DADE ORÇAMENTÁRIA..................................... PROJETO ..................................... – Recurso................................. e observarão quanto à NATUREZA DA DESPESA a seguinte classificação orçamentária:

- 3.3.20.41- Contribuições, no valor de R$ ........................ (.....................................Reais), , conforme EMPENHO Nº............................................., datado de ....../......./2020.

- 4.4.20.42- Transferências à União, no valor de R$ .................... (.............................................................. reais), conforme EMPENHO Nº........................................., datado de .........................

**PARÁGRAFO SEGUNDO -** Os recursos financeiros se­rão de­positados em conta es­pecífica da Agência do Banco do Es­tado do Rio Grande do Sul, conta essa vinculada e identificada pelo número e nome do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, a qual será movimentada pela ................................... ex­clusiva­mente para fins deste instrumento, visando ao pagamento de despesas previs­tas no Plano de Tra­balho, ou para aplicação fi­nanceira, con­forme es­tabe­lecido na Cláu­sula Segunda.

**PARÁGRAFO TERCEIRO -** A destinação dos recursos observará, rigorosamente, as Tabelas constantes do **ANEXO I**, bem como o Plano de Trabalho aprovado pelos partícipes em arquivo na SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA no processo n° 20/2500-0000092-0

**CLÁUSULA QUINTA: EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE:**

Devem ser observados os seguintes aspectos:

5.1) - os equipamentos e o material permanente adquiri­dos com recursos repassados em decorrência deste TERMO DE COLABORAÇÃO constituem propriedade resolúvel da ...................................... posto que ficam vin­culados às atividades, programas e projetos desenvolvi­dos no âmbito do “PROGRAMA INOVA RS DE APOIO AO ENFRENTAMENTO DO COVID-19”, sendo expressamente vedada a alienação, cessão ou comodato dos mesmos a parceiros eventualmente indicados no projeto apresentado ou a quaisquer outras entidades, bem como a sua instalação fora das dependências da entidade executora e dos laboratórios indicados no Plano de Trabalho aprovado pelos partícipes no processo nº 20/2500-0000092-0.

5.2) – o nome e o número do presente TERMO DE COLABORAÇÃO deverão ser identificados nos equipamentos adquiridos em local visível aos usuários;

5.3) - caso se configure alguma das hipóteses acima referidas ou na hipótese de inobservância do disposto nas Instruções Normativas da CAGE/RS, assegura-se ao Estado, em qualquer época, o direito de retomá-los e de repassar referidos equipamentos e material permanente adquiri­dos com recursos deste TERMO DE COLABORAÇÃO para entidades dedica­das ao ensino e à pes­quisa.

CLÁUSULA SEXTA: CONTRAPARTIDAS:

As contrapartidas da .........................., e de outras fontes por ela indicadas, relacionadas no Plano de Trabalho aprovado pelos partícipes e em arquivo na SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA no processo n° 20/25.00-0000092-0, deverão ser com­provadas por ocasião da prestação de contas do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, responsabilizando-se a ....................................... pelas contrapartidas de terceiros porventura pelos mesmos não atendidas.

**CLÁUSULA SÉTIMA: PESSOAL**

Não se estabelecerá qualquer relação jurí­dico-tra­balhista entre os partícipes e o pessoal utilizado para execu­ção das atividades decorrentes do objeto deste instrumento, man­tendo-se ape­nas os respectivos vínculos originais com cada institui­ção.

CLÁUSULA OITAVA: PROPRIEDADE DOS RESULTADOS

Os resultados e metodologias, bem como as ino­va­ções técnicas obtidas em virtude da execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO, privi­legiáveis ou não, serão, em proporções iguais, de propriedade co­mum do ESTADO e da ............................, salvo disposição em contrário, a ser formali­zada em Termo(s) Aditivo(s), observando-se a Lei Federal n° 9.279, de 14/5/96.

Cada um dos convenentes, inclusive órgãos da Ad­ministração Direta e Indireta do Estado, poderá utilizar esses re­sul­ta­dos, inovações e metodologias para fins de pesquisa e desen­volvi­mento, sem obrigação de consultar o outro ou pagar qualquer inde­niza­ção ou recompensa.

**CLÁUSULA NONA: DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE**

A divulgação e a publicidade que envolvem a execução de atividades decorrentes do presente instrumento deverá observar os seguintes parâmetros:

9.1) - Cada um dos partícipes, ao promover a divulga­ção de ativi­dades desenvol­vidas em decorrência da implementação de ações dos projetos viabi­lizados pelo presente TERMO DE COLABORAÇÃO, deverá mencionar expressamente a parceria ora estabelecida com o ESTADO.

9.2) -A publicidade de atividades realizadas no âmbito do presente TERMO DE COLABORAÇÃO deverá ser realizada com observância de diretrizes definidas pelo Comitê Estadual de Publicidade, de Eventos e de Patrocínios, instituído conforme Decreto nº 54.870, de 13/11/2019 ou por outra instância administrativa que venha a assumir respectivas competências.

9.3)- Deverá ser observado pela ............................................ o teor da Lei Estadual nº 13.972, de 13/04/2012, que obriga a publicação, na rede mundial de computadores, das ações e prestações de contas correspondentes aos recursos repassados em decorrência do presente instrumento, publicação esta anual, que deverá ocorrer até o final do primeiro mês de cada ano;

9.4) – A .................................... também deverá divulgar esta parceria com a Administração Pública em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas atividades, desde a celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO e enquanto o projeto estiver em execução;

9.5) – Para cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 acima, deverão ser contempladas, minimamente, as seguintes informações:

**a)-** data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

**b)-** nome dos partícipes e seus respectivos números de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

**c)-** descrição do objeto da parceria;

**d)-** valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

**e)-** situação da prestação de contas da parceria;

**f)-** situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;

**g)-** quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

**h)-** detalhamento da aplicação dos recursos e contratações realizadas para execução do objeto;

9.6) - Toda ação de publicidade ou divulgação deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, sendo expressamente vedada a inclusão de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A .................................. obriga-se a prestar contas das obrigações avençadas e dos recursos recebidos, da seguinte forma:

**10.1) PRESTAÇÃO DE CONTAS TÉCNICA:**

10.1.1)- apresentar prestação de contas de execução técnica parcial, ajus­tada ao Plano de Trabalho aprovado, através de Relatório de Execu­ção de Pro­gramas e Projetos, com observância de prazos e cri­térios definidos pela SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA;

10.1.2)- apresentar prestação de contas técnica final de execução do Plano de Trabalho, em até 60 (sessenta) dias após a finalização do TERMO DE COLABORAÇÃO;

10.1.3)- comprovar as contrapartidas relaciona­das no Plano de Trabalho aprovado pelos partícipes, conforme Cláusula Sexta, comprometendo-se a concluir o objeto da parceria se os recursos do TERMO DE COLABORAÇÃO forem insuficientes para tanto, sob pena de ressarcimento;

10.1.4)- apresentar por ocasião da prestação de contas técnica, relatório de execução de cursos, treinamentos, seminários, workshops e/ou qualquer espécie de eventos similares eventualmente previstos no Plano de Trabalho contendo:

- o nome e o programa de cada evento realizado;

- a data ou período de realização e a respectiva carga horária;

- o nome do docente/treinador/instrutor ou palestrante;

- cópia do material eventualmente exibido e/ou distribuído;

- a lista contemplando nome completo, número do CPF, do telefone e do e-mail dos participantes, conforme formulário padrão SICT.

**10.2) PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRA:**

10.2.1)- caso a vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO seja superior a um ano, apresentar prestação de contas financeira parcial dos recursos recebidos e parcialmente executados, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício, através do Relatório de Execução Físico-Financeira, com observância dos critérios definidos pela SICT, **sendo que para fins deste Convênio, o exercício corresponde ao prazo de 12 (doze) meses a contar do pagamento dos recursos;**

10.2.2)- apresentar prestação de contas financeira final dos recursos recebidos e restituir eventual saldo remanescente no prazo de 60 (sessenta) dias após o vencimento do cronograma aprovado pela SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA para o cumprimento das obrigações pactu­adas no Plano de Trabalho, ou no prazo de 60 (sessenta) dias após o decurso do prazo de validade do TERMO DE COLABORAÇÃO, ou após a formalização de denúncia ou rescisão do referido instrumento;

10.2.3)- restituir, integralmente, o valor recebido em decorrên­cia do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, atualizado monetariamente de acordo com a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, até o mês anterior ao do pagamento e 1% (um por cento) no mês do pagamento, sem prejuízo das ações legalmente cabíveis, a partir da data do seu recebi­mento, "pro rata die", **nas hipóteses de inexe­cução do objeto descrito na Cláusula Pri­meira e/ou de não apre­sentação, no prazo estabele­cido pelo Estado, da prestação de con­tas correspondente;**

10.2.4)- restituir, do total repassado em decor­rência do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, o valor correspondente às **despesas eventual­mente glosadas pelo ESTADO**, restitu­ição essa com atualização monetária de acordo com a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, até o mês anterior ao do pagamento e 1% (um por cento) no mês do pagamento, sem prejuízo das ações legalmente cabíveis, “pro rata die”, a partir do recebimento dos recursos e na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Esta­dual;

10.2.5)- comprovar a execução de despesas atendidas com recursos repassados em decorrência deste TERMO DE COLABORAÇÃO com fatu­ras, recibos, notas fiscais e quaisquer documentos compro­batórios das mesmas, devidamente identificados com o número e o nome do presente instrumento, emitidos em nome da. ..................................., cujos originais de­verão per­manecer em arquivo por 10 (dez) anos, contados da apro­vação da prestação de contas correspondente;

10.2.6)- comprovar as contrapartidas financeiras relacionadas no Plano de Trabalho aprovado pelos partícipes, conforme Cláusula Sexta, comprometendo-se a concluir o objeto pactuado, se os recursos no TERMO DE COLABORAÇÃO forem insuficientes para tanto, sob pena de ressarcimento do valor total repassado pelo Estado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**: Na hipótese de omissão no dever de prestar contas o FISCAL do TERMO DE COLABORAÇÃO notificará a ............................, para, apresentá-las no prazo de quinze dias.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Havendo necessidade de complementação de documentos ou de informações nas prestações de técnica ou financeira parciais ou finais, será fixado prazo não superior a 30 (trinta) dias para atendimento da solicitação por parte da....................................

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A prestação de contas final, por meio de Relatório Final de Execução do Objeto, deverá conter os seguintes elementos, sem prejuízo de outros elementos exigidos pela SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, conforme Plano de Trabalho e modelo de Relatório de Execução Físico-Financeira:

I - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo representante legal da ................................, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma físico, com respectivo material comprobatório tais como lista de presença, fotos, vídeos ou outros suportes;

II - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo representante legal da ...................................... e o contador responsável, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e, quando houver, a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados e o comprovante de recolhimento do saldo da conta bancária específica;

III - cópia dos comprovantes fiscais, com data do documento, valor, dados da ............................... e número do TERMO DE COLABORAÇÃO;

IV - cópia dos comprovantes de pagamentos realizados;

V - extratos bancários das aplicações financeiras e da conta corrente específica do TERMO DE COLABORAÇÃO;

VI - comprovante de devolução de eventual saldo remanescente;

**PARÁGRAFO QUARTO:** As despesas serão comprovadas mediante encaminhamento por parte da ..................................., dos documentos fiscais devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem identificados, referindo expressamente o nome da SICT – Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia e o número do TERMO DE COLABORAÇÃO.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Cabe ao ESTADO notificar a ........................................ para saneamento das irregularidades e eventual devolução de recursos.

**PARÁGRAFO SEXTO:** No caso de pagamento em parcelas, o ESTADO, verificada omissão no dever de prestar contas parcial, reterá a liberação dos recursos e notificará a ...................................... para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar justificativa, sob pena de rescisão unilateral e instauração de tomada de contas especial.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Após a análise da prestação de contas final, técnica e financeira, constatada qualquer irregularidade, o ESTADO notificará a ......................................., fixando o prazo máximo de 30 (trinta) dias para proceder ao saneamento ou efetuar a devolução dos recursos atualizados, sob pena de inscrição no CADIN/RS.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A não apresentação da prestação de contas final no prazo determinado ou a rejeição da prestação de contas, ensejará o encaminhamento dos autos à autoridade administrativa competente para instauração de TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– VEDAÇÕES**

É expressamente vedado à ...........................:

**a)-** a utilização de recursos repassados em decorrência deste TERMO DE COLABORAÇÃO para realização de despesas a título de taxa de adminis­tração, gerência ou similar, ou para pagamento de gratificações, prestação de serviços de assistência técnica, consultoria ou qualquer espécie de remuneração aos integrantes de seu quadro funcional ou do quadro funcional das entidades parceiras, ou a quem esteja em exercício nas mesmas, bem como a servidores ou empregados públicos da Administração Direta ou Indireta, de qualquer esfera governamental;

**b)-** a utilização de recursos deste TERMO DE COLABORAÇÃO para realizar despesas de rotina, tais como contas de luz, água, telefone, correios, reprografia, serviços de portaria, limpeza e segurança, bem como despesas com “*coffe break”* e similares, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da ................................;

**c)-** a utilização de recursos deste TERMO DE COLABORAÇÃO para realização de despesas em data anterior ao efetivo recebimento dos recursos financeiros, ou posterior à vigência deste instrumento, bem como a realização de despesas com pagamento de multas, juros ou correção monetária, taxas bancárias, inclusive referentes a pagamentos e/ou recolhimentos fora de prazo.

**d)-** aproveitamento de rendimentos de aplicação financeira para ampliação ou acréscimo de metas estabelecidas no plano de trabalho;

**e)-** aquisição de bens móveis usados;

**f)-** utilização de recursos pra despesas com visitas técnicas, com missões/viagens, material de divulgação, honorários de agência de turismo, “*coffee break”,* coquetéis ou refeições para convidados/palestrantes, bem como a locação de espaços, equipamentos ou veículos específicos para o deslocamento dos mesmos;

**g)-** apoio a atividades que não envolvam a realização de pesquisa de campo ou treinamento/capacitação.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** caso o projeto seja desenvolvido em parceria com o Setor Produtivo a entidade parceira não poderá ser fornecedora de qualquer produtos ou serviços necessários ao projeto mediante pagamento, nem possuir vínculo institucional com integrantes do quadro funcional da ........................................, ou com quem na mesma esteja em exercício.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO**

A ..................................... deve observar e exigir de seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética e eficiência durante todo o processo de execução do objeto do presente convênio, buscando-se prevenir e combater fraudes e corrupção que possam ocorrer no contexto do uso de recursos durante a preparação e execução do(s) projeto(s) apoiado(s).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO -** Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato e/ou TERMO DE COLABORAÇÃO;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato e/ou TERMO DE COLABORAÇÃO;

c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato e/ou TERMO DE COLABORAÇÃO;

e) “prática obstrutiva”: (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas a auditores e/ou a representantes do Estado, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima e/ou ameaçar perseguir ou intimidar qualquer parte interessada para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de promover inspeção ou auditoria.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Considerando os propósitos desta cláusula, na hipótese do presente TERMO DE COLABORAÇÃO vir a se tornar elegível para eventual e futuro financiamento pelo Banco Mundial, mediante adiantamento ou reembolso, a ............................................ concorda e autoriza que o referido organismo financeiro e/ou pessoas ele formalmente indicadas possam inspecionar e/ou auditar o local de execução do TERMO DE COLABORAÇÃO e todos os documentos, contas e registros relacionados a procedimentos licitatórios e à execução das atividades do mesmo decorrentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SOCIAL**

A ......................................... obriga-se a adotar, durante toda a vigência do presente convênio, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente e social, que possam vir a ser causados pelo projeto referido na Cláusula Primeira.

Para tanto, compromete-se a:

a)- manter, durante todo o prazo de vigência do presente intrumento, o pleno atendimento de condições e requisitos demonstrados quando da apresentação do projeto aprovado;

b)- assegurar que a operação dos laboratórios a serem utilizados na área da ......................................... destinada às ações do ““PROGRAMA INOVA RS DE APOIO AO ENFRENTAMENTO DO COVID-19” ocorra de acordo com as licenças ambientais respectivas, emitidas pelos órgãos e entidades ambientais e com plena observância da legislação ambiental vigente e sociais, especificamente com relação às comunidades indígenas e de reassentamentos;

c)- adotar as medidas mitigadoras para os potenciais impactos ambientais que eventualmente forem identificados pelas instâncias competentes, encaminhando à SICT, anualmente, relatórios específicos sobre as mesmas, sem prejuízo do direito da Pasta de requerê-los sempre que entendido necessário;

d)-designar um responsável técnico, legalmente habilitado, para responder pelo acompanhamento da implantação das medidas de controle ambiental exigidas nas respectivas licenças ou em outras normas pertinentes, relativamente à implantação e operação das atividades do ““PROGRAMA INOVA RS DE APOIO AO ENFRENTAMENTO DO COVID-19”.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: RELATÓRIOS ESPECIAIS DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**

A ..................................... deverá encaminhar à SICT, sempre que solicitado, RELATÓRIOS ESPECIAIS DE ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO das atividades pertinentes ao Projeto referido na Cláusula Primeira, observando prazos e modelos a serem definidos pela Pasta.

Deverão ser mantidos os relatórios de acompanhamento de execução previstos na Cláusula Segunda, decorrentes de exigências nas Instruções Normativas da CAGE – Contadoria e Auditoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: SANÇÕES**

O ESTADO poderá, garantida a prévia defesa, no caso de execução do presente instrumento em desacordo com o Plano de Trabalho e a legislação vigente, aplicar à ...................................... as sanções de advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: VALIDADE, ALTERAÇÃO, DENÚNCIA E RES­CISÃO**

Este TERMO DE COLABORAÇÃO vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, **a contar da publicação da respectiva súmula no Diário Oficial do Estado**, providência que ficará sob a responsabilidade da SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

O TERMO DE COLABORAÇÃO poderá ser prorrogado e/ou mo­difi­cado, havendo concordância entre as partes, mediante Termo(s) Aditivo(s), bem como ser de­nunciado, a qual­quer tempo, mediante prévia e ex­pressa comunica­ção, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Ocorrendo o inadimplemento de qualquer das con­dições previstas neste instrumento ou utilização de recursos em desa­cordo com o Plano de Trabalho, será ele dado como rescin­dido, de pleno direito, independente de procedimentos prévios e formais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Constituem motivos para rescisão unilateral, a critério do ESTADO, a má execução ou inexecução do TERMO DE COLABORAÇÃO, que podem ser caracterizadas por: não cumprimento das metas fixadas ou a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho; verificação de informação falsa em documento apresentado pela ...............................; utilização dos bens adquiridos com recursos do TERMO DE COLABORAÇÃOem finalidade distinta ou para uso pessoal; a inexecução de atividades nos 180 (cento e oitenta dias) subseqüentes ao recebimento dos recursos; a não apresentação das contas nos prazos estabelecidos; a não aprovação da prestação de contas parcial e motivos de interesse público de conhecimento amplo, devidamente justificados pelo ESTADO.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Na hipótese de rescisão ficam os partícipes vinculados às responsabilidades, inclusive de prestar contas, relativas ao período em que tenham participado do TERMO DE COLABORAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: FORO

Fica eleito o Foro de Porto Alegre, com re­núncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para di­rimir dúvidas oriundas da execução deste instru­mento, não soluciona­das por consenso e entendimentos na órbita administrativa, sendo obrigatória a participação do órgão encarregado de assessoramento jurídico na SICT.

E por estarem de pleno acordo com as cláu­su­las e condições estabelecidas, firmam o presente instrumento em duas (2) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre, ........ de ..............................de 2017.

**LUÍS DA CUNHA LAMB**

Secretário de Inovação, Ciência e Tecnologia

**................................................**

........................ da .............................................

Testemunhas:

......................................................

.......................................................

**aNEXO i**

**PLANO DE TRABALHO**